

059ª SESSÃO ORDINÁRIA 25JUN2015**(Texto com revisão final.)****O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Passamos à**TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla – Agapem, que tratará de assunto relativo às dificuldades de atendimento da farmácia do Estado e falta de medicamentos para uso contínuo. Convidamos a Sra. Giane Mazurik, Presidente da Agapem, a fazer parte da Mesa.

O Sr. Tiago Rodrigo dos Santos, tesoureiro, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. TIAGO RODRIGO DOS SANTOS: Obrigado, Sr. Presidente; agradecemos a Câmara de Vereadores, especialmente o Ver. João Bosco, que nos proporciona esta oportunidade de falarmos aqui para a comunidade de Porto Alegre e para os seus representantes. A Agapem – Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla – já tem 20 anos de idade e representa uma parcela da população do Rio Grande do Sul. Na verdade, são três mil pessoas, mais ou menos, no Estado, dentro de uma população estimada em 11 milhões de habitantes, que possuem a doença esclerose múltipla. Essa doença tem uma incidência de 0,03% da população estadual e é considerada uma doença rara do sistema nervoso central, o que quer dizer que atinge o cérebro, a medula espinhal e o nervo ótico. É uma doença degenerativa, crônica, ela não tem cura. Existem alguns medicamentos que possibilitam a manutenção ou o não agravamento do paciente na situação em que se encontra. Ela é uma doença de difícil diagnóstico em virtude de existirem sintomas que coexistem em outras doenças que também atingem o sistema nervoso central. Muitas vezes, a pessoa tem esclerose múltipla e acaba permanecendo alguns anos sem saber da existência da doença.

A Agapem tem mais ou menos 20 anos de idade, é uma associação que congrega os portadores e familiares. Ela tem uma batalha institucional dentro dos órgãos de Estado

em virtude de que os medicamentos para o tratamento da esclerose múltipla serem de alto custo e que não podem ser suportados pelos pacientes. Em virtude disso a medicação é fornecida pelo Estado – hoje ela é adquirida pelo Ministério da Saúde e distribuída pelo Estado. Então, já não temos mais tanta dificuldade em receber a medicação, basta que o Estado se organize, saiba quantas são as demandas, as necessidades de pessoas e de medicamentos, para a distribuição, e, na verdade, saber em quais municípios essa demanda existe. Então, o que há hoje na questão de medicamentos é um problema na distribuição e não na aquisição, já que ela é feita pela União, e, normalmente, por uma desorganização da farmácia do Estado. E essa desorganização começa quando a pessoa é diagnosticada com esclerose múltipla e inicia o processo de requerimento do medicamento. A análise desse processo demora, às vezes, de três a seis meses. E esse período é de muita apreensão para o paciente, que espera que o medicamento seja entregue a ele para que inicie o tratamento. Existem, para esclerose múltipla, muito poucos medicamentos em virtude de ser uma doença ainda rara, uma doença sobre a qual os estudos ainda avançam, a Ciência ainda tenta avançar para possibilitar a existência de novos medicamentos. A falta de medicamentos acaba gerando uma certa preocupação e ansiedade nos pacientes, porque há necessidade de que o tratamento seja contínuo e se mantenha para que não ocorra a chamada falha terapêutica. Havendo essa falha terapêutica, o medicamento utilizado já não serve mais e aí a quantidade de medicamentos em que há possibilidade de o paciente dispor vai diminuindo. E como ela é uma doença que não tem cura, é uma doença crônica, isso acaba gerando mais ansiedade no paciente e acaba gerando mais surtos e mais recaídas.

A esclerose múltipla é uma doença, então, crônica e existem alguns tipos de esclerose múltipla: esclerose múltipla recorrente e remitente, que é um tipo em que a pessoa tem surtos ou recaídas e depois ela melhora. A pessoa pode sentir uma perda de visão, ela pode sentir uma falta de força em alguns dos membros – superiores ou inferiores – e, posteriormente, ela melhora. Isso também contribui, às vezes, para que o diagnóstico da doença não seja feito. Existe também um outro tipo de doença que é a esclerose múltipla primariamente progressiva em que, na verdade, a doença se desencadeia e ela vai evoluindo de uma forma em que não há melhoras; há somente piora. E existe a esclerose múltipla secundariamente progressiva, em que o paciente começa com a esclerose

múltipla recorrente e renitente e, posteriormente, ela evolui, em virtude das recaídas, em virtude das falhas terapêuticas, dos medicamentos, evolui para uma situação de progressão da doença. E aí não existem mais medicamentos específicos para a doença e ela é considerada secundariamente progressiva.

Nós, da Associação Gaúcha de Portadores de Esclerose Múltipla, entendemos, em virtude de a esclerose múltipla ser uma doença rara, que, na verdade, o art. 5º, da Constituição Federal, deve ser aplicado de forma material e não apenas de maneira formal. Todos são iguais perante a lei, mas, na verdade, esse princípio, formalmente discutido, não leva em consideração que existem pessoas que não são iguais umas as outras, que é o caso da esclerose múltipla e das doenças raras. A esclerose múltipla é uma doença rara, e deve ser considerado, dentro dos protocolos clínicos e dentro dos protocolos da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde, que os desiguais devem ser tratados desigualmente, e, assim, aplicar de forma eficaz o art. 5º da Constituição Federal, que fala que todos são iguais perante a lei. Dessa forma, estaremos cumprindo a Constituição Federal e estaremos dando efetividade ao princípio da igualdade.

A questão do medicamento e da farmácia básica do Estado, na verdade, é, às vezes, problema de planejamento; às vezes, é um problema de conhecimento tanto das pessoas portadoras de esclerose múltipla quanto de seus familiares; e, às vezes, de falta de conhecimento também da Secretaria Estadual de Saúde quanto à necessidade dos pacientes, em virtude de que os medicamentos são adquiridos pelo Ministério da Saúde.

O Município tem uma atribuição nessa situação toda, que é o atendimento básico de saúde e, dentre essa atribuição do Município, o que mais importa à Câmara Municipal é a necessidade de que haja um atendimento integral à saúde do paciente com esclerose múltipla, tratando desigualmente os desiguais, tratando a esclerose múltipla como uma doença rara, tratando os pacientes com esclerose múltipla com essa ideia de que os desiguais merecem ser tratados desigualmente. Nós precisamos estabelecer com a Secretaria Municipal de Saúde um atendimento integral. Porque, na verdade, não basta só um neurologista atendendo o paciente de esclerose múltipla, pois esse paciente tem problemas de urologia, tem problemas de fonoaudiologia, tem problemas de gastroenterologia e uma série de outros problemas que são desencadeados em virtude da falha que ocorre no sistema nervoso central. E esse atendimento integral, que deve ser

dado pelo Município e pela rede básica de saúde, tem que se considerado para que o atendimento de saúde aos portadores e aos pacientes com esclerose múltipla seja efetivamente dado e reconhecida então essa condição de doença rara.

Eu gostaria de agradecer a possibilidade de estarmos presentes aqui na Tribuna Popular. Com muita alegria, a Associação Gaúcha de Portadores de Esclerose Múltipla gostaria de ter a Câmara de Vereadores de Porto Alegre como parceira nas demandas que os pacientes com esclerose múltipla têm frente ao Estado e ao Município. Gostaríamos de dizer que, embora sejamos 3 mil no Estado do Rio Grande do Sul, os pacientes de esclerose múltipla têm familiares, e esses 3 mil se transformam em 300 mil, 500 mil, de acordo com o tamanho das suas famílias. Então, na verdade, boa parte da população acaba se envolvendo com a questão da esclerose múltipla, e nós gostaríamos muito que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre estivesse envolvida conosco nessa batalha que é o atendimento integral à saúde do paciente. Agradeço pela possibilidade de estar aqui falando com os senhores e coloco-me à disposição para posterior manifestação. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Convidamos o Sr. Tiago Rodrigo dos Santos a fazer parte da Mesa.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Giane, Tiago, público de casa, que nos acompanha, principalmente os portadores de esclerose múltipla que estão acompanhando esta Tribuna Popular e os que estão presentes nas nossas galerias, eu fiz questão de possibilitar esta oportunidade à Associação porque precisamos desmistificar a história de quem tem esclerose múltipla, porque as pessoas acham que é o fim para quem tem esta condição. E não é. Eu tenho um exemplo dentro de casa. Temos dificuldades periódicas, temos dificuldades, muitas vezes, como o Tiago falou, na logística da entrega do medicamento. As pesquisas estão avançando e muito, já temos medicamento via oral, algo que, até bem pouco tempo, nem se pensava, era só injeção, injeção, injeção: o paciente fazia uma injeção e trocava para o Copaxone, e o Copaxone não fazia efeito para um, fazia para outro, o Interferon servia para um e não

servia para outro. As pesquisas avançam, ainda bem que avançam, ainda bem que temos médicos especializados em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul que se dedicam a essa causa, que estudaram e muito, especializando-se para poder tratar os portadores de esclerose múltipla com dignidade.

Então, esta Casa é parceira para enfrentar todas essas dificuldades. Eu já protocolei uma frente parlamentar para convidar os colegas Vereadores e Vereadoras no sentido de fazermos uma frente política para cuidar mais de perto e sugerir modificações – embora a farmácia seja do Estado, a doença é de todos nós, que estamos expostos a ela. Então eu quero dar os parabéns, Giane e Tiago pelo trabalho da Associação. Esta Casa, repito, está à disposição. Era preciso que vocês viessem a esta Tribuna Popular para poder esclarecer, para poder quem sabe até sensibilizar pessoas que nos assistem, que não têm o conhecimento do que seja a esclerose múltipla. Parabéns pelo trabalho de vocês. Estamos juntos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Obrigado, Sr. Presidente. Em meu nome e em nome do Ver. Cassio Trogildo, nosso líder; do Ver. Carlos Casartelli e do Ver. Paulo Brum, nós queremos, Giane e Tiago, que aqui representam a Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla, transmitir nossos parabéns, em primeiro lugar, pela exposição e, em segundo lugar, nosso agradecimento pela presença nesta Casa no intuito não somente de apresentar as realidades enfrentadas, mas também no sentido de nos trazer o melhor esclarecimento. Afinal, a Casa Legislativa precisa estar fundamentada, subsidiada com as informações, a fim de auxiliar relativamente às adversidades que as pessoas, muitas vezes as mais fragilizadas, enfrentam. Nesse sentido nós nos colocamos à inteira disposição para fazer parte do debate, o Ver. Bosco acaba de trazer a informação da frente parlamentar, e nesse sentido nós nos colocamos à inteira disposição para compor esse debate e, naquilo que for possível e necessário, nos colocamos às ordens. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente Paulo Brum, Tiago, escutei sua explanação e, em meu nome, no da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Pablo Melo e do Ver. Professor Garcia, queria dizer que eu comecei a ouvir falar sobre a esclerose múltipla com o ex-Governador Sinval Guazzelli; quando ele foi diagnosticado, chamou os amigos e nos contou como era, eu vivenciei esse tempo todo. Com o Ver. João Bosco Vaz – que é um irmão, tem o exemplo em casa, disse aqui, e sempre nos deixa informados – fiquei sabendo que já tem um remédio oral. Então, eu aprendi convivendo com um colega querido aqui que tem esse problema em casa, mas quantas pessoas têm isso? Eu estava falando com a Ver.^a Lourdes Sprenger: quantas pessoas que a gente não sabe e que tem esse problema? Pessoas jovens, pessoas de meia idade, pessoas mais velhas, pessoas muito pobres, pessoas que têm dificuldades, pessoas que podem fazer o tratamento, mas toda essa caminhada é um tratamento difícil. E eu acho que é isto que nós temos que fazer: compartilhar, participar, muitas vezes, de soluções, que não é a solução do remédio oral ou injeção, é uma solução de amor, de carinho. E eu queria dizer aqui muito claramente: o Ver. João Bosco Vaz deu algumas demonstrações de ser um bom filho, eu acompanhei o final da vida do pai e da mãe do Ver. João Bosco Vaz, e ele não é só um bom filho, ele é um grande pai também. Eu queria cumprimentá-lo por trazer esse assunto aqui na Câmara e cumprimentar vocês por levarem adiante isso, que é importante para a Cidade, para o cidadão, para aqueles que estão com esclerose e para aqueles que cuidam de quem tem esclerose, que ajudam e que participam.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, quero cumprimentar o Tiago, a Giane; em nome do PSD, quero cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz, estava ouvindo atentamente o Tiago e a gente sabe das dificuldades que são enormes. Eu tenho diabetes e descobri, há um ano e meio, um remédio que substitui a insulina. Eu tinha que me picar

todos os dias, é horrível, a gente sabe. Hoje uso o remédio via oral. Aqueles que têm condições financeiras um pouquinho melhor podem comprar, mas as pessoas com menos recursos continuam usando a insulina, a agulha. A gente sabe que essa doença é para a vida toda. Tem que ter um cuidado muito grande com a alimentação, com remédios. Esse remédio não pode faltar. E todos vocês sabem que a diabetes não vem sozinha, ela vem com a hipertensão. A gente sabe que é pesado, a gente está todo mês na farmácia popular buscando esse remédio. Por isso estou aqui, como Vereador, como cidadão, para fazer o que for possível para amenizar o sofrimento de muitas e muitas pessoas. Obrigado, parabéns para vocês!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Ver. Tarciso. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, quero manifestar em nome dos Democratas – em meu nome e em nome do Ver. Dinho do Grêmio – a nossa satisfação em poder recepcionar aqui, em mais uma ocasião, a representação da Agapem. De alguns anos, a gente tem procurado colaborar da forma mais ampla possível para que a Agapem possa difundir as suas atividades e, mais do que isso, alcançar os seus objetivos. De certa maneira, é uma herança que eu recebo do Ver. Luiz Braz, que era, sabidamente, o paladino e o protagonista principal dos apoios que a Casa vinha dando há mais tempo ao movimento, e que nós, por circunstância e com muita satisfação, assumimos esse cargo. Meu gabinete é comprometido com a causa. A nossa Presidente Giane sabe perfeitamente desse nosso compromisso. Eu quero, Presidente, solicitar à Mesa que, tão logo seja possível, nos passe o levantamento taquigráfico do pronunciamento do Tiago Rodrigo dos Santos, que é o tesoureiro da Associação e que foi o protagonista principal hoje que ocupou esta tribuna. Porque o objetivo que se busca alcançar são essas dificuldades lá junto à Farmácia do Estado, a farmácia oficial. Acho que a Câmara, Presidente, eu faria até um apelo no sentido que V. Exa. como Presidente, poderia organizar um Grupo de Trabalho, uma comissão, ou seja lá o que for, para que fôssemos em frente, batalhando o nosso objetivo para superar essas dificuldades. Claro que é muito confortável a nossa compreensão, a nossa solidariedade. Mas, no momento, estamos

precisando de medidas práticas, que eu acho que não seriam muito difíceis de se alcançar, se a Câmara como um todo, e ela está sendo manifestada aqui por várias bancadas que não teriam dificuldades em se somar num trabalho conjunto que buscasse obter com a maior brevidade possível a superação dessas dificuldades. Assim, é a forma que me parece que a gente pode, não só para homenagear, reconhecer e proclamar a relevância do trabalho de vocês, mas, sobretudo, para colaborar no sentido de que esse trabalho seja o mais eficiente possível, que não se esgote na luta, na boa vontade, na tenacidade de vocês, e que resultados concretos a gente possa assumir, de qualquer sorte, seja bem-vindo e volte sempre a esta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sra. Giane, Dr. Tiago, falo aqui em nome do meu Partido mas, principalmente, em nome da Sra. Neuza Maria Guimarães da Silva, minha mãe, que é portadora de esclerose múltipla e conviveu cinco anos com o diagnóstico de labirintite, depois foi diagnosticada esclerose, convive há mais de 15 anos com essa doença. E foi uma grande luta da família para que tivesse acesso aos remédios judicialmente e, hoje, o seu relato aqui sobre a dificuldade que as pessoas têm de conseguir medicamento. Nós viemos nos somar a essa luta, não somente eu, incumbido do meu cargo aqui, nesta Câmara, mas a minha família toda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RODRIGO MARONI: Quero saudar o Presidente Ver. Brum, os representantes aqui, a Sra. Giane Mazurik, Presidente, e o Sr. Tiago Rodrigo dos Santos, tesoureiro. Quero falar que, de fato, eu estava aqui dando uma pesquisada agora, e por ser tão rara, apesar de ter, eu estava vendo que tem 35 mil brasileiros, e a coincidência, e aqui sem citar nomes, que nós temos dois colegas que têm familiares com essa doença. Como é

importante divulgar e falar sobre isso na sociedade. Eu estava vendo aqui, por exemplo, que é uma doença que não é mental; não é contagiosa; não é suscetível de prevenção; ela aparece, geralmente, entre 20 e 50 anos de idade e não tem cura nem tratamento. O tratamento só consiste em atenuar os efeitos e desacelerar a progressão.

Então, parabéns, na verdade, para as pessoas que enfrentam essa doença. Eu acho que a gente tem que divulgar mais e mais para que as pessoas possam ter conhecimento o mais breve possível, pela coragem que vocês têm de enfrentar uma doença que não é fácil, eu imagino, e por ser tão pouco divulgada, mais ainda.

Então, eu queria fazer essa saudação e dizer aqui, aos meus colegas, que vi até um deles sensibilizado por comentar sobre o familiar dele, o quão difícil deve ser para a família toda, não só para vocês. Então, vocês têm que ter todo apoio, não só do Poder Público, mas a gente está indo divulgar onde estiver e falar sobre isso e sensibilizar as pessoas a respeito da importância de ter conhecimento. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Ver. Rodrigo. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Paulo Brum. Eu quero também cumprimentar a Giane e o Dr. Thiago, Vereador proponente, porque nós, aqui, na Casa, de quando em quando, tratamos a doenças raras, e essa visibilidade, exatamente porque são de incidência pequena, é muito necessária. Nós fizemos aqui um bonito processo de escrever um capítulo no Código Municipal de Saúde. Sugiro que vocês olhem: Atenção em Saúde à Pessoa com Deficiência, que, por analogia, não é exatamente uma deficiência, vai ter deficiências, mas é uma doença que poderá ter, mas ela, identificada precocemente, permite uma condição muito boa de vida. Eu tenho uma irmã mais velha - veja como ela já não é tão rara, todos têm uma referência - e nós trabalhamos cada uma das etapas, exatamente o diagnóstico precoce até as medidas de reabilitação, no caso, de situações de reabilitação, e nós temos que fazer essa lei se tornar uma lei viva, Ver. Bosco, uma lei cumprida na prática, uma lei respeitada que mude procedimentos de saúde, porque as doenças raras, muitas vezes, são colocadas na vala comum, o que já é tão difícil, todo o tempo têm que voltar para o ponto inicial, mas muitas situações são de

pág. 9

fisioterapia continuada, por exemplo. Então tu tens que fazer cinco, dez, depois volta lá para o posto de saúde.

O sistema de saúde é muito perverso, e nós queremos acolhê-los, estamos retomando o trabalho do GT, de doenças raras na Casa, queremos ficar em contato, para que vocês possam se envolver, porque, fortalecidos com mais associações trabalhando, tenho certeza de que se consegue evoluir. Mas estamos à disposição, e acho que uma reunião com o Governo do Estado, o Ver. Bosco pode nos liderar nesse sentido, quem precisar do nosso apoio, estaremos juntos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Quero, em nome da minha Bancada, o Partido Progressista, dos Vereadores Mônica Leal, nossa Líder, Kevin Krieger, Guilherme Socias Villela e em meu nome, dar as boas-vindas a Giane e ao Tiago, que eu vêm aqui por importante iniciativa do Ver. João Bosco Vaz nos trazer essas informações tão importantes sobre a dificuldade que a Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla têm com referência ao fornecimento de medicamentos da farmácia do Estado.

Nós sabemos as dificuldades que o Estado tem com relação a esse aspecto e também pelo aspecto financeiro. Queremos oferecer a nossa solidariedade e a disposição da nossa Bancada para enfrentar essa dificuldade. Parabéns, e muito obrigado por nos informar dessa dificuldade. É importante essa comunicação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Ver. Bosco é o proponente, nós também queremos fazer um registro aqui, cumprimentando a Giane e o Tiago, e a Agapem – Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla -, temos tido a oportunidade de fazer uma parceria, através da ONG Saúde para Todos,

onde atendemos alguns dos integrantes da Associação, e conseguimos êxito na justiça, com ações liminares para a concessão da medicação.

Realmente, quero cumprimentar aqui a Associação e a todos aqueles que têm colaborado para o pleno êxito da busca de soluções para quem é portador de esclerose múltipla, e, realmente, precisa de uma organização, de um coletivo, de quatro mãos, de seis mãos, de oito mãos. E que bom que o Ver. Bosco também nos oportuniza, através da Câmara de Vereadores, a estendermos o nosso apoio e reconhecimento ao trabalho que vocês têm feito. Um abraço fraterno em nome da Bancada do PDT. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cumprimento a Giane e o Tiago, da Agapem, em meu nome e em nome do Professor Alex, trazer a nossa solidariedade e, ao mesmo tempo, a nossa saudação à luta de vocês. Com todo o relato que vocês fizeram aqui, pelos relatos que o Ver. Bosco já havia feito outras vezes, do trabalho da Associação, que nos oportunizou este momento na Câmara de Vereadores. E percebemos, neste momento, primeiro, a necessidade de políticas efetivas do ponto de vista da saúde pública para garantir atendimento aos portadores de esclerose múltipla. E, segundo, a luta permanente da Associação para que as pessoas tenham esse direito à saúde, que é assegurado pela Constituição Federal, mas que ainda não é um direito de fato, para 35 mil pessoas.

Então, queremos nos colocar à disposição da luta da Associação, no que for possível, que estejamos nessa luta junto com vocês frente ao Estado para que as farmácias forneçam os medicamentos, frente aos governos para que haja políticas públicas tanto de conscientização, quanto de garantia dos tratamentos necessários. Contem conosco, comigo e com o Professor Alex Fraga. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereadora. Nós queremos dizer aos amigos da Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla que essa frente que

o Ver. João Bosco Vaz está capitaneando aqui na Câmara, com plena certeza, terá a adesão dos 36 Vereadores da Casa. Contem sempre conosco, com a certeza de que nós iremos ajudar aqueles que mais precisam. Agradecemos a presença da Sra. Giane Mazurik e do Sr. Tiago Rodrigo dos Santos, representantes da Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h56min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero me referir a um projeto que entra em Pauta, que nós vamos acelerar por ser justo, sendo uma conquista da categoria: o reajuste do vale-alimentação. Projeto do Executivo, que recompõe o vale-alimentação num montante um pouquinho maior do que a inflação do período do ano passado. E este foi um dos resultados da Mesa de negociação de uma greve de 14 dias – se não me engano – do conjunto dos municipais. Uma greve provocada por uma injustiça com a categoria.

A categoria teve que paralisar as suas atividades para retirar desta Casa um projeto de lei que alterava a carreira, criando um abono salarial, uma parcela no salário para o resto da vida, do conjunto dos funcionários, e parte dos salários conquistados de forma valorosa, legal, com muita luta, com muito trabalho, na história de vida de cada um. E de outro lado, o projeto de lei que aqui estava aplicava, na sequência da vida funcional, um achatamento por cumprir a emenda que considera o efeito cascata não sobrepor uma gratificação à outra ou ao salário integral que percebe o servidor. Ora, essa solução era uma solução muita cômoda e que confiscava salários, confiscava conquistas da categoria. Quatorze dias de greve foram necessários, seis meses depois desse projeto vir a esta Casa, para que o Governo no meio da greve recuasse e retirasse o projeto e instalasse uma mesa de

elaboração do novo PL, do novo plano de carreira, mesmo a categoria tendo participado de audiências públicas, tendo apresentado projeto alternativo, tendo lotado esta Casa, no final do ano passado, buscando entendimento sem ser no período da data-base. Acho que isto foi uma ação que indignou os municipais. Os municipais não deveriam tratar a data-base, na data-base de uma questão que é uma questão de ajuste legal da sua carreira. De outro lado, também os municipais foram violentados, ofendidos no sentido de não conseguir recompor os seus salários no montante da inflação. O nosso entendimento é de que inflação retira o poder de compra. O Orçamento da Prefeitura de um ano para o outro é todo reajustado e incorporado o reajuste da inflação. O conjunto das receitas recebe reajuste conforme a inflação, seja o IPTU, seja o IPVA, seja o ISSQN, todos os impostos e as taxas. Todo o orçamento foi atualizado conforme a inflação. Quando chega a hora da discussão com os municipais, a Prefeitura propõe parcelar a recomposição da inflação, e isso significa confiscar, sim, salário; isso significa fazer poupança com salário; significa optar por gastar em outras questões e não recompor o que é de direito dos municipais, que tinham uma pauta de 20% de reajuste salarial. Nós entendemos que é lamentável que a categoria tenha tido que encerrar a greve, pressionados por punição – a greve que era legal, que não tinha concluído a sua negociação. A Prefeitura, no meio da greve, aplica faltas e desconta dias parados dos funcionários públicos municipais. Isso é perverso diante do quadro relatado. Uma categoria que nunca teve luxos, que nunca teve sobras, que nunca teve abusos, uma categoria que sofre com privilégios para os altos salários, como ela viu e assistiu acontecer nesta Casa, no início deste ano, obra deste mesmo Governo.

Então nós aqui queremos, terminando, Vereador, fazer um apelo ao Governo – Ver. Cassio e Ver. Pujol que hoje respondem pela Liderança do Governo –, que a questão do projeto de lei, pelo menos, seja encaminhada de pronto, com o grande acordo da categoria. O nosso compromisso é votar neste semestre, Ver. Paulo Brum, e nós estamos quase entrando em julho e o projeto ainda não chegou aqui. Não queremos votar de afogadilho, como aconteceu com o Plano, vamos respeitar essa categoria valorosa, de luta e que é fundamental para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
059ª Sessão Ordinária 25JUN2015

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h04min.)